



N.º 3

Projecto de Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Évora realizada em 30 de Abril de 2004.

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e quatro, reuniu, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Évora sobre a actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.**
- 2. Apreciação do Inventário e do Relatório e Contas de 2003.**

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente – Dr. Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – Sr. José Russo substituído na Mesa por unanimidade pela deputada municipal Maria Helena Costa

2º Secretário – Dr. João Luís Latas Lázaro

A Câmara Municipal fez-se representar por:

Presidente – Dr. José Ernesto d’Oliveira

Vereadores – D.ª Fernanda Ramos, Arq.º Miguel Lima, Dr.ª Clara Grácio e Sr. Carlos Reforço.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Apresentação de uma Saudação:

Primeira Subscritora: Deputada Municipal Maria Helena Costa (CDU)

O povo Português e os trabalhadores comemoraram o trigésimo aniversário do 25 de Abril, foi o relembrar dos grandes valores de Abril, sobretudo a liberdade e o fim da ditadura, mas também a esperança do desenvolvimento, da justiça social e da paz.

Acta n.º 3 da sessão ordinária de 30 de Abril de 2004

1



Abril e Maio sempre caminharam de braço dado, num caminho de luta de muitos portugueses na defesa dos valores de Abril.

Ao longo dos anos e com mais intensificação nos últimos dois a direita e extrema direita têm desferido os mais duros golpes contra os trabalhadores, contra a democracia económica, social e cultural. Degradaram profundamente os salários e o poder de compra dos portugueses, foram criadas as condições para um aumento de riqueza e do poder dos grupos económicos e do grande capital.

Esta política visa a alteração do próprio regime democrático e eleger os trabalhadores como o principal alvo, sobretudo os da administração pública.

Porque Abril merece e o 1.º de Maio é o dia dos trabalhadores a Assembleia Municipal de Évora saúda todos os trabalhadores e manifesta-se solidária com a sua luta pelo direito ao emprego e pela justiça social.

Aprovada por maioria com 32 votos a favor do PS e CDU, e 1 voto contra do PSD.

Apresentação de uma Moção:

30 ANOS DE 25 DE ABRIL E 1.º DE MAIO EM LIBERDADE

Primeiro Subscritor: Deputado Municipal Baltazar João Avó Damas (PS)

Os factos históricos nada mais são do que o conjunto de acções levadas a cabo pelo homem numa dada época.

Mas, os que perduram mais no tempo são sem sombra de dúvida, aqueles em que o homem, acorrentado por poderes absolutos e ditatoriais, consegue através da sua resistência e luta libertar-se, tornando-se num ser livre.

É por isso que hoje, 30 Anos depois estamos a comemorar e a reviver essa data histórica, podemos assim expressar de uma forma aberta, as nossas ideias e convicções como homens e mulheres livres e empenhados na criação de melhores condições de vida e de trabalho, com critérios de igualdade para todos.

Hoje podemos afirmar que embora com muitas mudanças, alternâncias e transformações políticas contrárias ao espírito de Abril, a acção levada a cabo pelos militares do MFA, espontaneamente apoiada pelos populares deram o seu resultado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A 1 de Maio de 74, comemoramos pela primeira vez em liberdade o dia do Trabalhador. Tal só foi possível, como resultado de muitos anos de luta, levados a cabo por militares de Trabalhadores de todo o mundo, mas:

- Considerando o momento particularmente grave que se vive na sociedade portuguesa, marcado por uma ofensiva contra os trabalhadores sem precedentes;
- Considerando que as opções do Governo PSD/PP, são lesivas aos interesses de quem trabalha, apostando na degradação das condições de vida, de grande parte da população; na quebra dos salários reais; no aumento do desemprego; na redução dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, expressos no Código do Trabalho e na proposta de regulamentação; na ofensiva do capital financeiro ao Estado Social – Educação, Segurança Social e Saúde; ao desmantelamento da Administração Pública, procurando entregar os serviços lucrativos aos privados.
- Considerando que para uma estratégia de desenvolvimento económico e social, a valorização do trabalho, a qualidade do emprego, a melhoria dos salários, a igualdade no trabalho sem discriminação são fundamentais.

A Assembleia Municipal de Évora, reunida em 30 de Abril de 2004 delibera:

Manifestar total solidariedade àqueles que continuam a lutar por conseguirem um País com menos desigualdades e injustiças, que não esteja à mercê dos grandes grupos Económicos.

Apoiar a luta dos trabalhadores portugueses na defesa dos seus direitos e regalias.

Aprovada por maioria com 32 votos a favor do PS e CDU e 1 voto contra do PSD.

Discussão e votação da acta de 20 de Dezembro:

Aprovada por maioria com 32 votos a favor e 2 abstenções.

Discussão e votação da acta de 27 de Fevereiro:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Acácio Alferes: “Na pág. 3, na 20ª linha, o que proponho que fique é: A bancada não considera necessário levar a proposta da CDU a uma reunião extraordinária da AME.

O respeito que temos pelo 25 de Abril merece, da parte do PS, o voto favorável à proposta da CDU de realização de uma cerimónia solene, com intervenções das forças políticas aqui representadas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Na página 7 proponho que seja alterado o texto que profiro para o seguinte: Existe uma gestão de rigor orçamental que nos dá a certeza que esta Câmara está a construir de forma paulatina mas segura um futuro melhor para o município. Realço 3 linhas mestras que confirmam o que estou a dizer. Em 1º lugar a acção sobre a dívida a fornecedores, depois a continuação da tendência de diminuição das despesas correntes e por fim uma incidência muito forte no investimento. Todas as autarquias concentram normalmente o investimento nos últimos anos dos mandatos mas, de acordo com os números actuais, esta câmara já ultrapassou em 40% o investimento da CDU no último ano do seu mandato.

Esta câmara tem enfrentado dificuldades imensas com o garrote que o Governo tem imposto ao Poder Local. A diminuição de receitas em rubricas como derrama, contribuição autárquica e imposto municipal sobre imóveis, atingem mais de 2.000.000 de euros.

Este é realmente um governo de “caranguejo” que faz o País andar para trás. No nosso município recuámos 5 anos em termos de derrama o que significa, para além de uma considerável diminuição de receitas para a câmara, uma diminuição da actividade empresarial no nosso município que acabará por afectar também os trabalhadores.

Acuso este governo de ao dar uma imagem de um país de tanga ter concorrido para um arrefecimento global da actividade económica com efeitos negativos para a câmara, para as empresas e para os trabalhadores de Évora.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Nuno Lino: “ Na página 4, na 2.ª linha onde diz “a seguinte moção”, deverá ler-se, “o seguinte voto de protesto”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Jorge Lourido: “Solicita aos serviços da AME que em relação à minha intervenção que começa na página 2 e termina na página 3, tivessem algum cuidado na formulação de Português, porque o nosso discurso oral tem uma determinada forma e que depois na escrita aparece um pouco diferente. Na página 3 queria alterar na minha intervenção a palavra “anuidade” por “concordância”.

Votação da acta de 27 de Fevereiro de 2004:

Aprovada com 28 votos a favor e 6 abstenções.

Declarações de voto:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Celino Silva: “Eu abstive-me porque não estive presente nessa reunião da AME.”



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra a Senhora deputada municipal Carmen Balesteros: “Eu abstive-me na votação da acta porque não estive presente nessa reunião da AME”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal José Luís Cardoso: “Foram apresentadas duas moções que falavam de liberdade e igualdade e direito ao trabalho, esperanças levantadas pelo 25 de Abril e esperanças frustradas pelo governo actual. Onde está qualquer coisa de subversivo que leva o PSD a votar contra elas? O único voto nesta assembleia contra a moção e a saudação. Quer dizer que o PSD é contra a liberdade, contra a igualdade, é a favor do despedimento dos trabalhadores, é a favor da concentração do crédito de capital nas mãos de poucos e todos a pagar. Senhor deputado municipal Vossa Excelência foi de acordo com o seu governo, parabéns. Mas, não ficamos por aqui Senhor deputado. Nunca uma fotografia tão ridícula saiu tão caro ao país como uma fotografia feita há uma ano e poucos meses foi feita nos Açores, o Senhor Primeiro Ministro apareceu para dizer ao mundo para dizer que também tinha importância, e que de tão ridícula a sua posição que em alguns países da Europa o cortaram dessa fotografia. Moralmente tornou-se responsável pelo que se está a passar hoje no Iraque, e se vossa excelência antes de ter vindo para esta assembleia tivesse visto uma reportagem feita por uma cadeia de televisão norte americana, a CBS, em que diz que o terrorismo e as torturas feitas por Saddam Ussein a prisioneiros eram brincadeiras de crianças comparadas com aquelas que estão a ser feitas pelos norte americanos.

Contudo a nossa subserviência vai muito mais além, e financiamos através da Caixa Geral de Depósitos a compra do último sector estratégico do país para ser entregue aos americanos, a Galp 38% a 42% do seu capital vai ser entregue a uma empresa americana financiada pela Caixa Geral de Depósitos portuguesa. Isto envergonha-nos e faz-nos sentir tristes, e eu tinha dúvidas quando se dizia que o governo de extrema direita só o é porque o CDS está lá e é quem manda, eu tinha dúvidas, hoje tenho uma opinião formada, ou seja, os homens do PSD que estão hoje no governo a qualquer preço vendem-se para poder ter o poder ao capital e ao PP. Senhor deputado o país está grato ao PSD por o país estar como está.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclarece que esta intervenção teria que ser proferida no momento da discussão das moções, e que agora já não deveria ter sido proferida. O Senhor Presidente esclarece ainda quais os pontos que fazem parte do período de antes da ordem do dia de acordo com o regimento. O Senhor Presidente entendeu que esta última intervenção foi ao abrigo da apreciação sobre assuntos de interesse local considerando que aquilo que interessa ao país interessa ao município de Évora.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal José Luís Cardoso: “Eu não respeitei o regimento para condenar com todas as minhas forças e com toda a ética e moral que tenho a posição que este governo tem tomado ao longo destes dois anos. O Senhor Presidente pode considerar em acta que desrespeitei o regimento.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Palma Rita: “Eu acho que a intervenção do Senhor deputado municipal José Luís Cardoso não tem muito a ver com os interesses locais. Eu também poderia ter trazido aqui desde o ex-presidente da



câmara Fernando Gomes, do regresso de Fátima Felgueiras e que também tem a ver com os interesses do poder local e não trouxe porque não tem nada a ver com o que vimos discutir aqui hoje.

Eu votei contra as duas moções não pelo espírito que elas encenam mas pela linguagem, e pela falta de verdade ao governo e por uma abusiva linguagem de interpretação das políticas que lá constam.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal João Valverde: “Eu solicitei a esta assembleia e ao Senhor Presidente que se fizesse alguma coisa na área da Freguesia da Tourega, para fiscalizar um aterro que no meu entender não estava a cumprir o regulamento. A Junta da Tourega não deixou mandar para que se trouxesse aqui na próxima Assembleia se trouxesse o agradecimento ao Senhor Presidente e a todos os deputados municipais que visitaram o aterro, pois com essa visita houve melhoramentos no aterro, e fez com que no dia que lá fôssemos tudo estivesse limpo, mas antes de lá irmos cheirava mal e no dia em que lá fomos não cheirava tão mal. Vimos que o buraco que lá está para receber o lixo, não tem profundidade suficiente, pois tem 2 ou 3 metros e deveria ter 20.

Gritamos tanto que não se faz nada pela saúde, e que o que se faz não é suficiente, mas quando não se dá importância ao nosso aterro, e respiramos ali os gases que dali emanam também não é bom para a nossa saúde e por isso quem gere o aterro deve fazer tudo o que lhe compete para melhorar o nosso aterro.

Aproveitava para dizer ainda que eu nesta assembleia eu fui eleito para representar as juntas de freguesia no Congresso da ANMP na Madeira, aceitei o convite e fi-lo com muito gosto, mas não posso deixar de dizer o que observei no congresso na Madeira, e notei que o congresso foi um congresso morno e pobre, um congresso que não nos deu nada nem nos trouxe nada, um congresso que até o Primeiro Ministro não trouxe nada. Pensei que neste congresso um Primeiro Ministro fosse ali ceder mais direitos para as autarquias, e que desse mais tarefas e mais encargos, mas com condições. Reparei também que da ANMP houve apenas duas juntas de freguesia é que falaram, uma foi a de Leiria que se pronunciou e a outra foi a freguesia de Nossa Senhora da Tourega. Tive a ocasião de intervir sobre o turismo e mostrei qual é a preocupação das freguesias rurais e fazer ver que as Comissões Regionais de Turismo no nosso país em que só uma funciona. A que funciona é a do Algarve e as outras não fazem nada. Fiz ver que a Comissão de Turismo do Algarve só trabalha bem porque tem lá dentro dela 90% dos presidentes das câmaras do Algarve, agora quando se vê que são as câmaras que têm de limpar a cidade para trazer o turismo e que têm de arranjar as igrejas para preservar o turismo, e ANMP deveria fazer tudo para que quando as Comissões Regionais de Turismo fossem criadas as autarquias façam parte das comissões de turismo. Quando fiz a minha intervenção, também abordei outra coisa que é o desemprego que existe no Alentejo, e que o turismo no Alentejo é conhecido como a maior riqueza do mundo.

A Junta de Freguesia da Tourega, tem lido a nova lei da licença dos cães, e estamos preocupados em como vamos passar licenças para quem tem cães e como é que sabemos sem um parecer do veterinário se o cão é mau ou não é mau?”

O Senhor Presidente da Assembleia esclarece que a delegação que foi ao Congresso da ANMP na Madeira foi composta pelo Senhor Presidente da Câmara, e a AME pelo Presidente da Assembleia, e uma vez que não me foi possível ir e em 1.º lugar convidei o 1.º Secretário da Mesa, e este não podendo ir convidei o 2.º Secretário da Mesa e que também estava impedido nessa data e assim sendo adoptei o critério de convidar os líderes das diferentes bancadas começando do maior para o



mais pequeno e foi o Prof. Bravo Nico que me foi representar, que hoje não está mas concerteza que na próxima reunião da AME também dará os eu testemunho.

Relativamente à questão que o Senhor João Valverde colocou sobre os cães penso que a câmara também irá responder, no entanto quando eu estive no Governo também tentamos fazer uma legislação nesse sentido e é uma matéria muito controversa, porque os veterinários dizem que todos os cães são perigosos, depende fundamentalmente da forma como são tratados, ou seja, dizem que não há cães de raças más ou de raças boas, há cães que tem comportamentos condicionados pelos donos. Sei que recentemente saiu legislação em que aparentemente mudou esta noção dos cães perigosos, e agora os cães passaram a ser classificados de cães mais perigosos ou menos perigosos os cães de determinadas raças. Esta é uma matéria de aplicação da lei, e concerteza a câmara não deixará de a estudar e de fornecer aos presidentes de junta as necessárias recomendações para a aplicação da lei.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra a Senhora deputada municipal Carmen Balesteros: “Relativamente às questões dos cães, as companhias de seguros tem seguros para os cães, e penso que é relativamente fácil de resolver esta questão.

Quanto à intervenção do Senhor João Valverde, parece-me justo aquilo que disse relativamente ao turismo rural e principalmente quando comparado com Espanha, pois Espanha tem outro tipo de intervenção ao nível do património, que é a intervenção de alguns sítios muito conhecidos e estão explorados do ponto de vista económico que nós não conseguimos, mas depois outros sítios estão completamente ao abandono e sem protecção legal, e sem a capacidade das juntas das regiões intervirem. No que diz respeito a nós em Évora, e especificamente à sua junta de freguesia, preocupa-me neste momento uma coisa que também o preocupa a si Senhor João Valverde, é que no Castelo do Geraldo só se deve conseguir chegar de helicóptero, pois neste momento nem de jipe se consegue lá chegar, e penso que nesta questão dos acessos alguém tem de fazer alguma coisa. Na Freguesia da Tourega tem-se feito um projecto muito significativo desenvolvido em torno da Vila Romana, de muita qualidade, e tem sido feito com apoios da autarquia. Quanto à cidade já fico mais preocupada com a questão da sinalização, não é a questão do acesso à cidade mas a questão dos monumentos, e a explicação através de sinalética do que significa cada um deles.

Outra questão que eu queria apresentar era os nossos parabéns à câmara municipal, em 1.º lugar as intervenções que a câmara fez na Praça do Giraldo pelo 25 de Abril e que foi muito positivo, depois também queria dar os parabéns pela exposição que está nos Paços do Município, é uma exposição de arqueologia que vai na continuidade do trabalho que a universidade de Évora fez, que nos pode informar das riquezas que o subsolo tem e só lamento que ela não tenha sido concebida de forma móvel porque aquela que o laboratório de arqueologia realizou está a fazer o percurso das escolas, e talvez seja importante chamar as escolas aqui.

Regozijo também o regresso da policia ao Bairro da Cruz da Picada, esta policia é uma policia especial que vai fazer prevenção de subsolo, e penso que uma colaboração que a câmara pode dar a essa policia são informações sobre esgotos e canais de aquedutos, porque esta policia vai fazer a protecção de autoridades políticas quando cá vierem à nossa cidade.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Raimundo Cabral: “Na informação que o Senhor Presidente nos dá sobre a correspondência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

recebida constam as cartas dos presidentes de câmara de Alter do Chão, Nisa e de Marvão. Gostaria de saber se será possível na próxima reunião da AME agendar a questão sobre este assunto.”

O Senhor Presidente da Assembleia esclarece que apesar de um dia a AME ter de provavelmente de se reunir e se debruçar sobre esta matéria, no entanto concerteza que este assunto poderá ir à próxima reunião da AME para um pequeno debate.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal José Luís Cardoso: “A câmara municipal, e este executivo no seu programa eleitoral tinha como todos os partidos têm, que era quererem ter uma cidade de excelência, e eu apenas vou dizer aquilo que eu considero excelente. Considero excelente o que estão a fazer à volta das muralhas de Évora, a Praça actual do município, e o lixo só não está excelente e não temos a cidade mais limpa porque nem todas as pessoas colocam o lixo nos sítios devidos. É excelente o cartão do reformado, mas não excelente o facto da câmara continuar a emitir e autorizar a ligação de água a pessoas que se apresentam nesta câmara para o fazer sem contrato de arrendamento, sem qualquer legitimidade.”

O Senhor Presidente da Assembleia informa que terminou o período de antes da ordem do dia, e pergunta se alguém propõe que o período se prolongue. Uma vez que ninguém sugeriu que o período de antes da ordem do dia se prolongasse o Senhor Presidente da Assembleia iniciou a chamada.

CHAMADA:

Luís Manuel Capoulas Santos – Presente

Lino António Marques de Carvalho – Não está presente

Acácio Monteiro Alferes – Presente

Carmen Dolores Pirra Balesteros – Presente

Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho – Presente

Raimundo do Céu Cabral – Presente

José Joaquim Palma Rita – Presente

Rui Manuel Fialho Rosado – Presente

José da Silva Costa Russo – Não está presente

José Luís da Conceição Cardoso – Presente

Jorge Maria de Fontes Alferes Lourido - Presente

António Manuel Soares Serrano – Presente

Celino José Rodrigues da Silva - Presente

Rui Manuel Boleta Grilo – Substituído por Paula Cristina Nobre de Deus

Maria Augusta Portas Pereira – Não está presente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

João Carlos Garcia Andrade Santos – Presente

Luís Pereira Carmelo – Presente

Maria Helena dos Santos Costa - Presente

Nuno Miguel Botas Lino – Presente

João Luís Latas Lázaro – Presente

Carlos Jorge Pires Percheiro – Substituído por Maria Helena Zuber

António José Ventura Ramos - Presente

Luís José Pimpão Pasadas – Presente

Maria Helena Azevedo Teixeira da Silva – Presente

José Manuel Mateus - Presente

Baltazar João Avó Damas - Presente

Maria Luísa Palma Baião - Presente

Victor Jaime Ribeiro dos Santos – Presente

Estevão Catarino dos Reis Bicho – Presente

Isidro José de Oliveira Lobo – Presente

Francisco José Remanga Estevão – Não está presente

José Vitorino Piteira - Presente

João José Valverde - Presente

João Leocádio Ricardo - Presente

António Manuel Fialho Russo – Presente

José Carlos Bravo Nico – Substituído por Felisberto José Raposo Bravo

Maria Gabriela Caixeiro Martins da Silva – Não está presente nem se fez substituir

Miguel Galvão Garcia Chumbo – Substituído por Mário Alberto Fernando Ramos e que também não esteve presente

João Manuel da Horta Rodrigues – Não está presente

Jerónimo António Coelho Mendes – Presente

ORDEM DO DIA

1. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Évora sobre a actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.



O Senhor Presidente da Assembleia dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Quero destacar que durante este período com a autorização da AME a CME protocolou todo o património que o IGAP tinha na cidade de Évora, na sua transferência para a CME o que correspondeu a 690 fogos, e a CME entre estes fogos que recebeu e aqueles que já tinha, é hoje detentora de um património de 900 casas. Pela matéria que está em causa esta foi uma decisão que teve de ser muito ponderada, e queria comungar com AME a preocupação que tivemos em tomar esta decisão. Nós somos um dos Concelhos do País com maior número de casas que agora ficam no património nacional, e por tudo isso, e porque nos últimos anos se tem assistido a um total demissionismo por parte do IAGAP em relação a esse património, que não cuidou dos contratos, e provavelmente este não é um bom negócio mas como também não era esse o nosso objectivo, não vamos deixar a população ao abandono.

Outro aspecto que considero relevante é a iniciativa da Rota dos Sabores Tradicionais, decorreu durante três meses, e que segundo a opinião genérica foi uma forma de minimizar a crise que o sector atravessa, e teve como participação de 27 restaurantes, onde 3 canais de televisão fizeram a cobertura do acontecimento.

Outro aspecto importante foi o que se fez nos serviços municipais de Protecção Civil. A Protecção Civil não tem tido a importância que deveria ter, e que cada vez mais sentimos que lhe tem que ser dada a atenção devida. Queremos que seja um serviço municipal autónomo, com serviços administrativos, que reuna em torno de si o Concelho Municipal de Segurança. A este propósito foi distribuída na cidade um folheto, que tem informações muito simples que visa dotar o cidadão de um conjunto mínimo de informação de cuidados de segurança a ter com o seu património, com a sua casa. Assim como alguns cuidados a ter quando sai de casa de férias, a ter com medicamentos, entre outros. Este folheto tem também uma lista de telefones de emergência que poderá servir em casos de urgência.

Realizou-se também o Fórum Municipal do Desporto, que reuniu durante dois dias no Palácio D. Manuel praticamente a totalidade dos agentes desportivos do nosso Concelho, onde todos se disponibilizaram em passar quase dois dias em frutífero debate. O Programa Jogar que envolve mais de 200 crianças do 1.º ciclo do ensino básico, animado por animadores desportivos que com suporte da autarquia em parceria com as juntas de freguesia e com as escolas primárias se mantém animação desportiva nessas escolas.

Outra iniciativa que decorreu durante este período foi o início do funcionamento da Linha Azul, e da qual temos um número surpreendente de utilização e um parecer bastante positivo. É uma experiência que continua, e onde existe uma expectativa muito alta sobre o que podem vir a ser os transportes urbanos.

Uma iniciativa que era uma velha aspiração e que se conseguiu implementar e que veio resolver um problema antigo, que são os semáforos no cruzamento do “Bigorna”, e este investimento foi alto para a autarquia mas também foi um benefício para aquela zona.

A Loja dos Sonhos era um autocarro com um motor que tinha sido reparado pela câmara municipal, e que estava na oficina abandonado. A esse autocarro foi mandado colocar uma carroçaria, um sistema multimédia, 10 computadores instalados em rede, o que permite a possibilidade de projectos como aquele que está agora em curso do museu da água, ou seja projectos integralmente conseguidos e realizados em suporte informático e interagir com as crianças do nosso Concelho e dar a possibilidade de serem essas crianças a manusearem os computadores. Este projecto irá animar as nossas freguesias e onde também abrangerá os idosos do nosso Concelho, e



aquilo que era um autocarro abandonado é agora algo de muita qualidade e que está à disposição do nosso Concelho.

Registo também a inauguração do museu da água, que foi um projecto co-financiado pelo fundo de turismo, e tem uma valência particular de educação mas é muito particularmente dedicado à memória da nossa cidade e da distribuição da água no nosso Concelho. E este museu integrará todo um conjunto museológico do percurso da água, numa primeira fase, e numa segunda fase será a recuperação do caminho pedonal, que é toda a envolvente do aqueduto da água de prata, desde a Graça do Divor até Évora, e em Évora irá recuperar todos os chafarizes. A sinalética é um projecto que foi candidatado e aprovado no âmbito do fundo de Turismo, e que está concluído como projecto, e neste momento estão a chegar à câmara os primeiros suportes que irão ser colocados ao lado dos monumentos. Estão a ser inscritas as primeiras placas que contam um pouco da história do monumento em inglês e português.

Existem outras informações sobre outras actividades desenvolvidas pela câmara que vêm transcritas na informação que vos presto, e que me coloco à disposição para qualquer esclarecimento que os senhores membros da assembleia municipal pretendam obter.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal José Luís Cardoso: “Os fogos e habitações do IGAP quando foi concebida a sua construção destinava-se às famílias mais desfavorecidas do país, e Évora foi contemplada com 690 habitações. Acontece que esses fogos que a câmara decidiu aceitar como oferta do governo estão na sua generalidade totalmente degradadas. Como estas casas são as dos mais desfavorecidos não interessam ao governo. Gostava de colocar uma questão à câmara que é a seguinte, estas casas são segundas habitações para algumas pessoas, e há que tornar a situação moralmente correcta, isto é, verificar a legitimidade daqueles que hoje habitam esses fogos e ver se lá estão legitimamente ou não, e proceder ao despejo das pessoas que não tenham o direito de habitar essas casas. As casas daqueles que não tiverem o direito de lá estarem depois de desocupadas e devidamente recuperadas a câmara vai colocá-las no mercado para venda ou se vão ser alugadas a preço de mercado, ou serão distribuídas a municípios com necessidades efectivas e concretas de habitação? Se a câmara municipal conseguir uma normalização da situação, queria saber se é intenção da câmara aplicar as importâncias que venha eventualmente a receber, no parque habitacional que agora tão generosamente foi dado pelo governo?”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Palma Rita: “Tendo em conta a intervenção do Dr. José Luís Cardoso, queria dizer que em vários dos fogos que estavam sob a gestão do IGAP, existia já um processo de transferência da propriedade para os habitantes daqueles fogos, o que levanta aqui a seguinte questão: se isto representa um encaixe financeiro para a câmara municipal ou como é que vão ser resolvidas as necessidades das pessoas que lá moram, porque na verdade a maioria delas não têm necessidade de ocupar aqueles fogos. Outro problema que existe nas cooperativas de habitação em Évora. As habitações são construídas a custos controlados e depois ao fim de 5 anos são vendidas a preços perfeitamente escandalosos. Outra questão ainda relacionada com este assunto, e tenho aqui uma notícia que saiu no “Diário do Alentejo” de 27/03/2004 que diz assim: citação do Sr. Presidente José Ernesto d’Oliveira, “Para trazer pessoas para o Alentejo temos de ter políticas de habitação competitivas e que ainda não o é, pois temos a habitação mais cara do país.” Esta notícia saiu passado uma semana



de ter saído num caderno do Expresso que dizia que Évora era a cidade mais atractiva do país. Como é que este conjunto de habitações recebidas agora do IGAP vão regular os preços do mercado.

Admito as opiniões do Sr. Presidente em relação à Linha Azul mas discordo delas, e em relação à sua actualização não tenho informação de que a utilização dos autocarros estejam a ser um sucesso tão grande, e não tenho esta informação nem pelos motoristas dos autocarros nem pelas pessoas que deveriam circular dentro dos autocarros.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra à Senhora deputada municipal Carmen Balesteros: “A Loja dos Sonhos é um projecto muito interessante e conheço-o desde o seu início, e o autocarro está muito bonito, e tanto quanto sei abaixo do Tejo e na zona de Évora o único sítio onde está disponível Internet sem fios é numa loja nos Canaviais que é a “Nova Bit”, o que é uma pena, porque com um autocarro como este da “Loja dos Sonhos” é uma pena não ter Internet sem fios.

Quanto ao projecto do museu da água é um projecto da autarquia anterior, e que é um projecto louvável e muito bonito, mas nós estamos a aproximar-nos do Verão e a cidade tem imensas visitas e imensos grupos, e esta autarquia realizou com o Túlio Espanca, quando ele era vivo visitas guiadas, e penso que esta era uma iniciativa que valorizava muito a nossa cidade.

Uma outra questão é a importância de esta câmara passar a ter um gabinete de arqueologia a sério, em vez de haver apenas um arqueólogo no quadro e que quando este vai de férias a câmara fica sem arqueólogo. Tanto quanto sei foram iniciadas obras onde eram as fotocópias na câmara, em que esse é um espaço de continuação das termas e que me vieram dizer que estavam a deitar aquilo tudo abaixo e que estão a destruir aquilo tudo lá dentro, e eu disse que concerteza está lá o arqueólogo da câmara. Estamos na altura de assumir a arqueologia, e de assumir que temos um património.

Em relação à protecção civil, ainda bem que estão a ser distribuídos folhetos pela câmara, mas há uma coisa que me preocupa que é vaga de calor que já está prevista para este ano. A pergunta que faço é como estamos preparados para combater e prevenir os fogos.

Em relação ao mercado, gostava de saber quais são os planos de circulação ali no Colégio de Verney? Neste momento é extremamente difícil a circulação nos dois sentidos.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Celino Silva: “Subscrevo inteiramente a questão que o Dr. José Luís Cardoso colocou, mas o Dr. Palma Rita disse que já havia processos de transferência, isto sublinha creio eu mais um aspecto de dificuldade da gestão deste processo, que o Dr. José Luís Cardoso levanta, ou seja, a câmara herda um património que está degradado e existem problemas de legitimidade, em que há famílias que só podem pagar uma prestação de renda, eventualmente transferir esse património para as famílias que já tinham o processo de transferência a decorrer, e isto lembra-me uma chamada de atenção da ANMP quando este problema foi levantado alertando as câmaras para o cuidado a ter com este problema, e como a assembleia está preocupada sobre este assunto gostaríamos de ter alguma informação sobre este assunto.”



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra à Senhora Vereadora Fernanda Ramos: “Sobre o assunto relativo ao património que foi transferido do IGAP para a câmara municipal de Évora, como sabem em 2003 a CME aceitou essa transferência bem como esta assembleia, e foi concretizada no dia 1 de abril de 2004, é obvio que comungamos da opinião que aqui foi expressa pelos senhores deputados, mas como também aqui foi referido pelo Senhor Presidente da CME aquando da sua intervenção, nós não podemos virar as costas aos munícipes deste Concelho, e 690 habitações correspondem a 690 famílias, e essas famílias terão condições para continuarem no processo que o IGAP iniciou de aquisição de casa, mas outras não tem condições para isso. Existem, tal como o senhor deputado municipal José Luís Cardoso referenciou, situações complexas, provavelmente famílias que estão a habitar casas sem contrato de arrendamento porque eventualmente usaram a figura do trespasse e ocuparam as casas, mas a CME vai tomar o pulso a esta situação, pois só agora é que estão a chegar os ficheiros sobre as casas, e só agora é que estamos a tomar o total conhecimento da situação, inclusive a CME vai visitar cada uma das casas e verificar se são os inquilinos que lá estão ou se existe alguma situação menos clara. Necessitamos também depois esclarecer e conferir se as pessoas que lá vivem continuam a ser pessoas carenciadas. Relativamente à alienação do património, conforme foi referido pelo senhor deputado municipal Palma Rita a alienação do património estava em curso, o IGAP já tinha vendido alguns fogos, continua a ver alguma manifestação de interesses por parte de algumas pessoas e a legislação também determina as condições em que podem ser feitas a alienação dos fogos. Os fogos só podem ser vendidos aos arrendatários, àqueles que legalmente estiverem a ocupar o fogo e o preço de venda também está definido legalmente. Para além disso há uma preocupação muito grande que é termos uma cidade de excelência, e essa cidade de excelência também passa pela requalificação do parque habitacional. A Cruz da Picada e a Malagueira são uma das entradas da nossa cidade e do nosso Concelho, e queremos requalificar estes espaços. Na última reunião de câmara na Quarta-feira aprovámos a criação de uma empresa municipal de habitação, que espero que já venha incluída na ordem de trabalhos da próxima reunião da assembleia municipal para os senhores deputados municipais possam discutir, para se fazer a gestão deste parque habitacional e a recuperação e requalificação deste mesmo parque, para que num futuro próximo se continuar a debruçar sobre a questão das condições daqueles que necessitam de habitação social.

Sobre a questão que o senhor deputado municipal Palma Rita colocou relativa às cooperativas de habitação económica, penso que saberá que a câmara não tem cedido às cooperativas terrenos, e no passado penso que houve cedências de superfície mas que agora não estão a ser feitas cedências, no entanto temos que reconhecer que foram as cooperativas de habitação económica que resolveram o problema habitacional de muitas famílias do nosso Concelho.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Vereador Miguel Lima: “As obras que estão a decorrer no edifício dos Paços do Concelho nomeadamente na reprografia, são obras extremamente simples e ligeiras mas que têm sido acompanhadas pelo arqueólogo da câmara.

Relativamente à situação da circulação dos carros junto ao mercado 1.º de Maio, é uma situação provisória, está apenas com os dois sentido enquanto não é possível fazer a circulação em volta do mercado, mas esta é uma situação provisória.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Acácio Alferes: “Eu queria saudar a câmara pelo que considero ser um acto de coragem, o facto de ter recebido a transferência dos fogos do IGAP. Considero que numa óptica eleitoralista é mau para



esta câmara porque o ónus da não conservação ou da má ocupação que agora era reportado ao poder central agora é para esta câmara, ora se houvesse uma óptica calculista e eleitoralista de votos o melhor seria dizer que não. Mas a câmara como quer estar do lado dos mais desfavorecidos achou que valia a pena correr esses riscos e estar no terreno dos mais desfavorecidos, e com todas as ilegalidades que eventualmente possam ali estar estão também os estratos sociais mais desfavorecidos da cidade.

Também saúdo a câmara pelo lançamento da Linha Azul, e existem pessoas idosas que vivem das reformas baixas que ganham, e que quando tinham de se deslocar dentro do centro histórico iam de táxi e que agora tem a possibilidade de usarem a linha azul.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Jorge Lourido: “Gostava de manifestar a minha opinião. Não de estranheza, porque já é conhecida a política praticada pelo PSD na construção e ao privilegiamento de iniciativas de carácter especulativo e privado. O que estranho é que o nosso colega deputado municipal Palma Rita atribui às cooperativas de habitação como sendo estas as responsáveis pela especulação imobiliária na cidade de Évora, e honra seja feita a essas cooperativas pois têm sido um grupo de prestação de serviços em alturas em que não era possível aos municípios intervirem na política de habitação. Foi devida à grande acção destas cooperativas de habitação que o problema da habitação foi sendo resolvido no nosso município. Por outro lado é também necessário lembrar que a legislação que enquadra estas cooperativas é perfeitamente clara, a possibilidade de alienação só pode ser feita após 5 anos, a cooperativa tem opção de compra, e a lei tem um conjunto vasto de limitações à possibilidade de especulação, o que não quer dizer que num determinado caso pontual não exista. Nos últimos anos da anterior gestão da câmara grande parte dos terrenos que as cooperativas obtiveram foram por compra, e essa medida tomada de que as cooperativas tinham de comprar os terrenos foi fortemente criticada pelo PS na altura.

Em relação à Linha Azul tenho algumas dúvidas sobre a avaliação tão positiva que foi feita, mas estamos cá para ver como irá correr no futuro e então com mais dados fazer a sua avaliação.

Queria saudar a participação da câmara em iniciativas que têm a ver com a promoção da nossa cidade, como a rota dos sabores, o museu da água, a sinalização turística, e de facto saudamos a Câmara Municipal de Évora e saudamos também a Região de Turismo de Évora que é um parceiro fundamental e que sem este parceiro não era possível mobilizar os fundos, quer estatais quer os fundos de turismo que permitem fazer face à vultuosa despesa que estas iniciativas têm.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Estevão Bicho: “Na informação da câmara, na página 29 verifico que está aqui previsto o alargamento da ponte sobre o rio Charrama no caminho municipal 1088 e o alargamento da ponte sobre a Ribeira de Alpedreche no caminho municipal 1088. O alargamento das pontes tem sido solicitado pela população e pela Junta de Freguesia dos Canaviais, concretamente o caminho municipal n.º 1088 e o caminho municipal n.º 1087 na Estrada da Chainha, e todos sabemos que são nestas duas pontes que se tem verificado mais acidentes e que são as que estão junto a curvas. Tive conhecimento pela primeira vez através desta informação que estas obras estão em preparação, e queria perguntar ao Senhor Presidente da CME se ainda é possível que, em vez do alargamento da ponte da Ribeira do Alpedreche ser aqui incluído aqui o alargamento da ponte sobre o Rio Charrama no caminho n.º 1087 na Estrada da Chainha. Estas pontes são as duas na mesma estrada, e a ponte junto à ribeira não está em nenhuma curva e aqui não tem tido lugar acidentes significativos,



enquanto que na outra ponte aí é frequente os acidentes. Por isso a necessidade e a pergunta se ainda é possível alterar esta situação?

Relativamente à linha Azul estou plenamente de acordo que é uma linha muito interessante para os nossos reformados, mas queria deixar aqui um testemunho que à cerca de um mês presenciei, eu tive de ir a uma consulta ao CUCS e tive de deixar o meu carro no Rossio, acontece que quando saí da consulta até passou um autocarro da Linha Azul, mas com o trânsito que estava decidi ir a pé, o que aconteceu é que cheguei ao Rossio primeiro que o autocarro, depois tive que voltar ao centro da cidade para tratar de uns assunto, depois quando passei ao edifício da pátria estava o autocarro da Linha Azul a tomar umas pessoas naquela paragem, já com alguns carros a apitarem atrás do autocarro, depois estava novamente o autocarro ao pé da Mundial Confiança a receber mais umas pessoas, ora eu cheguei à Praça do Giraldo primeiro que o autocarro, entretanto passado uns minutos vi que vinha outro autocarro da Linha Azul com 5 a 6 carros atrás do primeiro autocarro. As pessoas que tenho visto a transitarem nestes autocarros são pessoas de alguma idade que por terem poucos meios financeiros é uma forma de transitarem sem gastarem muito.

Estamos num ano que devido ao clima que temos está tudo a secar rapidamente, há ribeiras que continuam a não ser limpas, e todos nos preocupamos com o que pode vir aí de incêndios e há falta de limpeza dos campos, das bermas e das valetas, e deixo o apelo para se ser feita alguma coisa sobre este assunto.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal João Valverde: “Querida deixar o meu parecer sobre o que não concordo relativamente ao que o Dr. Palma Rita disse, eu trabalho nas cooperativas, numa de construção civil, já há 25 anos, e o meu trabalho tem sido baseado na construção das casas de habitação social, e tenho acompanhado o trabalho das cooperativas, e estas têm um Conselho Fiscal, fazem reuniões, têm a direcção e tem que prestar contas, eu não digo que alguma coisa possa correr menos bem. Nas cooperativas desde que houve o 25 de Abril desenvolveu-se a habitação em Évora e sem as cooperativas não se tinha desenvolvido, e neste momento estou preocupado com este desenvolvimento. Se olharmos para a nossa cidade vemos obras por todo o lado, o que também se pode agradecer às cooperativas.

Sobre a informação da CME quero louvar a câmara, pois neste momento temos a Protecção Civil a que recorrer e antigamente não tínhamos a quem recorrer em determinadas situações.

Outro caso que não posso deixar de louvar são as habitações sociais que já foram entregues, o arranjo das escolas, os ecopontos dentro da cidade, a Linha Azul, o quadro de pessoal da CME, em que estavam funcionários a contratos e que agora estão no quadro, as ruas arranjadas. O arranjo da Praça do Sertório, o Mercado 1.º de Maio e o arranjo das rotundas que estavam uma vergonha, louvar a Avenida das piscinas e a variante norte e se não fosse a CME com sabedoria negociar os terrenos nunca mais teríamos a variante.

É uma tristeza termos um plano de urbanização há mais de um ano na CCR e que nunca mais de lá sai, e quem é que está a fazer com que o plano não saia? Nós temos o dever de saber quem é que está por detrás disto.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal José Luís Cardoso: “A CME está a cumprir o que prometeu no seu programa eleitoral, e portanto não há que louvar.



Relativamente ao que o Sr. deputado municipal Estevão Bicho disse sobre irem dois autocarros quase juntos, separados apenas por 4 ou 5 carros, de facto é uma maçada. A outra CME tentou solucionar o problema de diminuir o n.º de veículos no centro histórico e não conseguiu, e esta CME com estes autocarros deixou de ter horários, e os autocarros vão passando. O que antigamente acontecia de um autocarro passar uma vez e não passar mais, com estes os autocarros vão sempre passando. Ao pé do local onde eu trabalho uma coisa que aconteceu foi que praticamente se deixou de ver um carro em cima do passeio. A generalidade das pessoas notam já algum benefício pela utilização dos autocarros, pois deixou de haver tantos carros mal estacionados e uma melhor circulação dos carros na cidade.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Isidro Lobo: “Não tenho dúvidas que a Linha Azul é um benefício para a cidade e para os utentes, mas não há bela sem senão e a classe dos taxistas são quem vão ser prejudicados com esta medida. Ainda ontem e anteontem os taxistas facturaram 3€ por hora, e para um taxista isto não é nada.

Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da CME em que diz que queremos uma cidade de excelência, eu queria dizer que nós não precisamos de uma cidade de excelência porque nós já temos uma cidade de excelência, e o que precisamos é um conceito de excelência. Nós temos todos medo de falar por causa dos doutores mas nós sentimos o que nos vai na alma, agora que ainda há tempo deveríamos fazer obra em todo o Concelho e empurrarmos o Concelho. Na Graça ouve uma paragem completa, e nas outras freguesias também ouve uma paragem, e existem gastos supérfluos nesta cidade.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da CME: “Querida dizer que na freguesia do Sr. Isidro Lobo, e ainda lá estive na semana passada não reparei que a freguesia estivesse nesse estado em que diz, e era bom que todos fizéssemos aquilo que gostávamos, mas isso não é possível, porque ainda temos de estar a pagar aquilo que foi feito em anos anteriores, e até na freguesia do Sr. Isidro Lobo. Arruamentos, os cemitérios e estradas entre outras que são feitas e que ainda tem de ser pagas. Nada está parado nas freguesias, embora haja quem queira parar e boicotar, o que penso ser uma postura política de contradição. As pessoas que o elegeram a si foram quem me elegeram a mim e que esperam que ambos façamos pelo Concelho.

Todos os senhores deputados que intervirem falaram da Linha Azul, e relativamente a este assunto queria esclarecer que todos os transportes públicos urbanos em todas as cidades do país têm tendência para perder passageiros, e só há duas cidades onde os transportes públicos estão a ganhar passageiros que é em Évora e em Braga. Os transportes públicos são deficitários em todas as cidades e não existem para dar lucro, porque para dar lucro existem os táxis. A Linha Azul está a cumprir a função que deve e está a ter o dobro da procura que se esperava, e está a ser um sucesso a nível social que é o seu objectivo.

O Sr. deputado municipal Estevão Bicho levantou aqui uma questão sobre as pontes, queria dizer que estão previstas três pontes, que a da ponte do Charrama do caminho 1085 está em preparação e virá a aprovar já na próxima reunião da AME para ser lançada este ano ainda.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal João Valverde: Querida dizer ao meu colega da Graça do Divor que a minha intervenção é para dizer a verdade, e a CME não me faz mais trabalhos a mim do que faz aos outros, mas o que a CME fez na



minha freguesia nestes dois anos foi aquilo que não se fazia antes. Antigamente a CME só fazia quase à Graça do Divor, era “a menina dos olhos bonitos” da CME, e agora é natural que a Graça do Divor esteja a sentir que a CME não faça tudo agora o que querem para a Graça.

Queria dizer ainda também que quando passo por Guadalupe vejo um pontão feito que não estava feito, e que já era uma promessa de há trinta anos, vejo a variante envolta da Guadalupe, vejo a rua 25 de Abril em Guadalupe arranjada que estava toda esburacada, e vejo ainda que a CME mesmo sem dinheiro está a pagar o ramal que vai de Guadalupe até à estrada de Montemor.

O que temos de apostar nas freguesias é no turismo rural, e isso também irá ser bom para os taxistas, pois também passaram a ter trabalhos para mais longe.

Queria agradecer à CME o arranjo das pontes romanas, e na minha freguesia 1 das 5 pontes está a ser arranjada, e o esforço que a CME está a fazer para que todas sejam arranjadas.”

PONTO 2 – Apreciação do Inventário e do Relatório e Contas para 2003.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da CME: “O Congresso da ANMP foi um congresso essencialmente de reflexão, e este governo tenta fazer dos municípios os bodes expiatórios de todos os grandes males que acontecem ou que influenciam as contas públicas nacionais. São cada vez mais os dados que demonstram as consequências graves que a política deste governo tem sobre o país. As consequências sobre as autarquias em particular caracterizam-se em 3 aspectos fundamentais: 1.º A restrição dos recursos ao crédito. Impondo aos municípios limites que o próprio governo não se impôs. Escondendo da opinião pública o papel relevante que os municípios têm em matérias fundamentais, tais como 18% do emprego público é emprego municipal, 40% do investimento público é investimento municipal. Perante estes dados restringir a acção municipal é fazer mal ao desenvolvimento do país.

2.º A diminuição que hoje se reflecte dos municípios de média e grande dimensão da capacidade de gerarem receitas.

3.º Continua-se a transferir competências para os municípios sem a respectiva contrapartida orçamental.

Estas contas que agora se apresentam são as primeiras que são apresentadas em pleno exercício do POCAL, embora ainda com algumas insuficiências devido a dificuldades técnicas, e queria deixar aqui o agradecimento do empenho dos funcionários da CME na elaboração deste trabalho.

Gostava de destacar para o POCAL, que virá trazer às câmaras municipais capacidade de gestão interna, pois permite acompanhar a gestão a cada minuto. Este relatório de gestão está discriminado pelos objectivos do nosso plano plurianual de investimento. Cada objectivo se desagrega em actividades e acções, e é através do contributo de cada uma das acções que tiveram expressão ao longo do ano que podemos avaliar qual foi a sua importância para atingir o objectivo proposto.

Existem acções que vêm citadas na conta de gerência que não tiveram expressão financeira, mas que tiveram movimentação contabilística, e são as acções que tiveram movimentação que vêm lá expressadas.



O quadro que vem na pág. 26 sobre as receitas e despesas, na análise evolutiva desse quadro podemos ver que as receitas correntes de capital é maior que a despesa de correntes. Desde o ano de 1999 até 2003 verificamos que o saldo foi de 3 milhões e 549 mil em 1999 e baixou para 2 milhões em 2000, baixou para 1 milhão e 351 mil em 2001, e em 2002 houve uma derrama excepcional e subiu significativamente, e em 2003 baixou novamente. Porque é que o saldo de correntes baixou? Porque aumentou a despesa e diminuiu a receita. Desde há 10 anos a tendência de contribuição de correntes para financiar o orçamento de capital vai baixar.

A receita de capital tem tendência para aumentar, e as despesas de capital têm vindo também a aumentar, e estas despesas de capital são essencialmente receitas de obra numa percentagem que ronda os 50%. Isto confirma aquilo que aqui dissemos quando viemos apresentar o plano de actividades para 2003 e dissemos que tínhamos de inflacionar o nosso orçamento, e que teríamos de trazer o nosso orçamento para valores realistas daquilo que é a capacidade da CME para gerar receitas. Se continuarmos a ter orçamentos exagerados em relação àquilo que são as capacidades da CME, iremos continuar a ter o agravamento dos saldos negativos no orçamento de capital, isto é, aquilo que se recolhe de receita é menor do que aquilo que se tem de receitas.

Quando se diz que se devia fazer mais nós também achamos que se devia fazer mais, mas era se tivéssemos meios para o fazer, agora incorrer em irresponsabilidade de comprometer recursos que não temos é caminhar para o abismo e esse caminho não é aquele concerteza que queremos.

Se compararmos o quadro da pág. 28 no que respeita à desagregação das receitas correntes, e se virmos a diferença entre 2001 e 2003, a derrama corresponde a 10% do IRC, e as despesas sediadas no nosso município pagam ao fisco 10% daquilo que as empresas pagam, sobre os lucros das empresas. Baixaram de 2001 para 2003, 2 milhões e meio de euros, e isto traduz aquilo que são a diminuição de receitas em consequência daquilo que são as dificuldades financeiras em que as empresas se encontram.

A influência que os três fundos municipais têm nas contas dos municípios é muito grande. Verificamos que nem em todos os municípios se assiste a uma progressiva dependência do orçamento de estado, e isto é extremamente gravoso e coloca em causa a descentralização e a autonomia dos municípios.

É de destacar o quadro que vem na pág. 29, em que os empréstimos bancários decresceram significativamente para 2003. Correspondeu à mobilização do empréstimo contraído em 2000, o peso do financiamento à custa dos empréstimos bancários diminuiu, porque não pode continuar a aumentar.

O endividamento bancário da CME de médio e longo prazo aumentou devido ao empréstimo que se fez em 2002, mas em proporção o endividamento de curto prazo e de outros contratos financeiros diminuiu significativamente.

O que caracteriza os nossos empréstimos actualmente são os empréstimos para saneamento financeiro do que para investimento, o que é a realidade. Se compararmos aquilo que é o elemento mais sensível de uma câmara, que é o seu grau de compromisso perante terceiros privados, veja-se como em 31 de Dezembro de 2001 tínhamos uma dívida de 14 milhões de euros que diminuiu para 2002 para 11 milhões, em 2003 diminuiu para 9 milhões 448 mil, e no final deste ano de 2004 rondará uma diminuição para os 7 milhões.

Quanto à execução orçamental, esta traduz uma gestão que se tem procurado pautar pelo rigor e por cumprir com os compromissos que são prioritários.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Queria deixar três notas de reflexão, a câmara cada vez mais tem de ser criteriosa nas opções de investimento que faz, e tem de privilegiar uma política de contenção nas despesas correntes.

Este ano tivemos um orçamento de 60 milhões de euros, e continua a ser exagerado e esperamos que para o ano que é um ano eleitoral e a câmara de Évora irá continuar a ter um orçamento real e de acordo com as dificuldades que temos e não um orçamento de rotura como encontramos. As contas municipais estão a começar a ficar controladas sem grandes euforias, e continuaremos a investir e a continuar o caminho que foi definido sem alinhar em loucuras que coloquem em causa a instituição.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Palma Rita: “Relativamente ao relatório de gestão queria comentar que existe um texto de suporte para a elaboração deste relatório do qual discordamos, fala-se da diminuição significativa das receitas provenientes de acesso ao crédito, há aqui uma posição desta câmara que não mudou do anterior executivo que é de atribuir a culpa ao poder central um conjunto de responsabilidades que são exageradas. Existe uma contradição pois sempre ouvimos dizer ao Senhor Presidente da Câmara que um dos objectivos principais deste executivo era o saneamento financeiro da câmara municipal e por isso não compreendemos o discurso prestado.

Outra situação é a derrapagem orçamental que é uma situação que a câmara não pretende voltar a passar, então, a restrição ao crédito foi uma boa medida do governo central. Por isso congratulamo-nos com aquilo que o Senhor Presidente diz sobre o rigor e realismo na gestão orçamental, e também que esse rigor e esse realismo vigorou certamente quando foi a elaboração do plano de actividades para 2003. Estamos em crer que as opções do plano para 2003 eram realistas e que constituíam um conjunto de opções que eram exequíveis neste quadro orçamental. Entre as grandes opções para 2003 que foram aprovadas por esta assembleia e o relatório de gestão agora aqui para aprovar encontrei 18 diferenças:

- 1.º - No plano de mobilidade urbana não encontrei nenhuma referência agora no relatório de gestão.
- 2.º O reordenamento do Rossio de S. Bráz.
- 3.º O Parque de Recreio das Coronheiras, encontro-o agora no relatório de gestão mas eram obras que estavam prontas antes até das eleições.
- 4.º A empresa municipal de habitação apreço como só tendo sido criada em 2004, mas aparecia no plano de actividades de 2003 como um dos aspectos a consolidar em 2003.
- 5.º O parque de estacionamento, quais foram os parques de estacionamento que foram beneficiados?
- 6.º Os parques de estacionamento subterrâneos quais foram?
- 7.º O parque de estacionamento na Avenida S. Sebastião?
- 8.º O parque de feiras e exposições, em que situação está?
- 9.º A expansão do PITE?
- 10.º A captação de projectos de investimentos para Évora?
- 11.º Os postos de turismo?
- 12.º O Mercado 1.º de Maio?
- 13.º O Jardim Público?



14.º A Fábrica da Música?

15.º O Complexo Desportivo Municipal?

16.º Sobre o Complexo das Piscinas Municipais o relatório de gestão só fala no início da elaboração do relatório técnico.

17.º No Projecto do auditório da Malagueira também não encontramos nada no relatório de gestão.

18.º Sobre a organização dos serviços da câmara municipal, também não encontramos nada em relação este assunto.

19.º Sobre os 125 mil euros que foram para a novela gostávamos de saber se já houve algum retorno?”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal António Serrano: “Julgo que são merecidas as palavras de felicitação aos serviços da câmara municipal que tiveram um trabalho muito grande na implementação do POCAL, bem como palavras de felicitação à câmara.

Os municípios vão ser obrigados a elaborar a informação a prestar aos cidadãos, e estamos nesse caminho.

As dificuldades nacionais e internacionais, e as restrições que o governo nos estendeu, levamos a viver um momento de estrangulamento nas autarquias, e a manter-se este modelo de financiamento das autarquias não há qualquer possibilidade das autarquias para melhorarem as condições de vida dos seus munícipes, e não temos bens para vender como o poder central tem, e isto leva a que todas as câmaras tenham de centrar a sua objectividade naquilo que são capazes de executar. Não é possível fazer sonhos como antigamente, e em que se orçamentava por excesso, e parece-me que é inevitável o caminho que a câmara traçou.

Este sistema permitiu conhecermos por exemplo qual é o activo da câmara, que é perto de 240 milhões de euros. Bens da responsabilidade da câmara e para além deste activo temos associado o passivo, que é cerca de 42 milhões de euros, destes temos 39 milhões relativos a dívidas, de endividamento a fornecedores e de empréstimos bancários.

Esta conta de gerência também apresenta um mapa inovador que é uma conta de exploração. Este mapa permite-nos ver onde é que obtivemos as receitas consignadas à nossa actividade e quais foram os custos de exploração em que incorremos, e permitiu obter um resultado líquido na ordem dos 5 milhões de euros. A actividade de exploração permitiu um resultado positivo de 5 milhões de euros. A dívida de médio e longo prazo é de 29 milhões e 500 mil euros, deve cerca de 9 milhões de euros aos fornecedores, ou seja dívidas de curto prazo. Dívida contabilizada em 2001, só a fornecedores estavam 14 milhões de euros contabilizados, e que depois até se veio a verificar que era mais, porque havia facturas que não estavam contabilizadas. A conta de gerência que é um relatório mais técnico, e temos o relatório de gestão da responsabilidade do Presidente da Câmara. Podemos referir, em comparação com dados históricos, que o endividamento total da câmara tem um aumento de 7%, mas este é um aumento contabilístico, e era um aumento real se até à data de 2001 o endividamento que estava contabilizado também fosse real, o que não era.

Queria referir que a actividade desta gestão da câmara é onerada, naturalmente, por juros de dívidas contraídas em anos anteriores, e só em 2002 e em 2003 pagámos quase cerca de 2 milhões de euros em juros, o que é um peso excessivo da actividade corrente da câmara. Em 2001 a câmara



contraiu empréstimos bancários no valor de 23 milhões de euros, e que hoje os empréstimos são de 29 milhões de euros, tendo em conta que a câmara contraiu um empréstimo adicional para fazer face ao saneamento financeiro.

Da análise das receitas e despesas há uma consolidação no défice de capital, que não foi compensado com um saldo corrente, mas foi possível através da última tranche disponível dos empréstimos contraídos anteriormente. Esse cenário confirma o relatado em 2002 e a impossibilidade técnica desta câmara poder melhorar a qualidade de vida como se gostaria dos eborenses.

Nas receitas correntes verificou-se uma drástica redução dos impostos directos, motivado essencialmente pela derrama, uma quebra da actividade económica e que foram compensadas por duas ou três transferências correntes.

As novas regras contabilísticas do POCAL obrigam à cabimentação prévia de todas as despesas, e só podemos fazer se realmente podemos fazer. Isto é uma mudança drástica e eficaz do ponto de vista orçamental.

O relatório apresentado dá-nos pistas para o futuro, sendo a primeira o de como é que nós vamos contribuir para encontrar um financiamento adequado. A segunda pista para reflexão é a fixação de objectivos e de orçamento. Uma câmara que inicia funções mandatada pelos eleitores com base num programa eleitoral tem que equacionar no futuro a sua capacidade real de execução. A terceira pista de reflexão é a clareza e transparência na prestação de contas, e o POCAL obriga a isso, e todos nós nos sentimos mais confortáveis e seguros pelas contas que nos são prestadas hoje, e isso é bom para credibilizar a actividade autárquica.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Estevão Bicho: “A liberdade de expressão do pensamento não é afrontamento à câmara e muito menos ao Senhor Presidente, principalmente quando fazemos ofícios a propor reuniões de trabalho e muitas vezes são dadas as respostas tardiamente e às vezes alguns nem têm tido resposta, e quando assim é, é neste lugar da assembleia municipal que temos de transmitir o sentimento das populações das assembleias de freguesias e das juntas. O Senhor Presidente até devia ficar sensibilizado e agradecido quando os membros da assembleia de freguesia dos Canaviais, nomeadamente o arq.º Paulo Barral interpela o presidente da junta para pedir informações que dou à assembleia sobre obras que estão previstas no município e ainda não estão realizadas.

A dívida diminuiu à custa de obras que estavam previstas no plano de 2003 e que ainda não foram feitas, as obras nas opções do plano de 2003 criou-nos expectativas e perante este relatório comparado com o plano fiquei muito preocupado e convoquei de imediato uma reunião extraordinária da junta de freguesia. O resultado transcrito desta reunião ficará apenso à acta.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da CME: “Relativamente às questões colocadas pelo Senhor deputado Palma Rita, e devo-lhe dizer que o Senhor é o primeiro autarca que eu ouço a elogiar o governo. Se fizer as contas, o endividamento das câmaras municipais ao recurso ao crédito era para fazer obras, e estas obras não se fazem porque não existe essa possibilidade, e os gastos do estado não são para investimento e isso é que é endividamento.



Desde que eu entrei em funções até ao momento foram aprovadas na Comissão Coordenação 8 candidaturas, destas 4 foram do programa Inter-Rail, 1 pelo programa Light e duas pelo programa PORA. Os fundos FEDER aprovaram duas candidaturas, uma foi a estrada municipal de S. Vicente de Vale Longo e a outra a ETAR da Boa Fé que estava iniciada e não estava concluída. Mas as candidaturas que fora aprovadas na Comissão de Coordenação foram 24. É por isso que o Senhor não vê aqui o plano de mobilidade urbana.

Temos na área do turismo 5 grandes projectos em implementação no nosso Concelho. O mercado 1.º de Maio quase não tinha projecto e agora está praticamente concluído, a fábrica da música tem agora finalmente um projecto de energia eléctrica que permite certificá-la e o seu funcionamento em segurança. O complexo desportivo municipal está dependente do financiamento. A organização dos serviços está em curso, e o retorno do investimento na novela está patente na taxa de ocupação de hotelaria de Évora, e começa a despertar para outras empresas o interesse de terem como cenário Évora no lançamento de produtos.

Sobre o que o prof. Serrano colocou, agradeço a sua atenção e quero comungar aquilo que disse, mas chamo a atenção pela sua preocupação do que será a actuação política daqui a alguns anos, e queria por exemplo referir no caso de Inglaterra os candidatos têm de dizer como é que geram as receitas e como é que as aplicam.

Este relatório mostra as obras que foram pagas agora, realmente foram feitas anteriormente mas só foram pagas agora. Se cumprirmos com o que nos propusemos chegaremos ao fim com cerca de 80% cumprido na sua freguesia. (Canaviais).”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal

Jorge Lourido: “A câmara aprovou na penúltima Quarta-feira, dia 21 de Abril, o relatório e a conta de gerência do ano 2003. Estes documentos são de grande importância para dar a conhecer o que foi feito, para saber se as promessas das Grandes Opções do Plano foram cumpridas, para conhecer dificuldades ou progressos da gestão autárquica. Após atenta análise e apreciação, estes documentos suscitam-nos os seguintes comentários:

1.º - Se 2002 foi um ano marcado por pouca obra, e, no essencial se traduziu pela execução ou conclusão do que já estava projectado, iniciado, ou semi-acabado pela equipa anterior, o ano anterior, o ano de 2003 não foi melhor:

-O Trabalho feito vem com rubrica CDU, e mais, mostra que não há, e por isso não se vê obra nova, projecto de vulto que marque, positivamente o território, como alternativa deste novo executivo municipal.

2.º - As Obras

-As obras do POLIS, já projectadas em 2001, só são iniciadas nos finais de 2003 e truncadas de uma componente essencial – O Parque Urbano;

- As obras no Centro Histórico (PROCOM) foram dadas como terminadas, (nalguns casos isso só se verificou em 2004), após laboriosas, onerosas e discutíveis revisões dos projectos que tinham sido aprovados, e é sempre bom recordar este aspecto, por unanimidade pela Câmara anterior! Grandes atrasos e vultuosas indemnizações a pagar a empreiteiros por atrasos imputáveis exclusivamente à Câmara. Mas será que ficou tudo feito? Há quem diga que metade dos espaços ficaram por tratar (Rua de Aviz, Rua de Alconchel, Rua do Raimundo, etc.) e que não voltará a haver tão cedo, hipóteses de mobilizar fundo para nelas fazer as obras necessárias – é a opção terceiro mundista,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

deste executivo - manter as cablagens nos alçados dos edifícios e a cruzar as ruas, por não terem sido enterradas.

- As obras no mercado 1.º de Maio e da zona envolvente, arrastaram-se por mais um ano, e ainda hoje, vésperas do 1.º de Maio de 2004 não estão concluídas.

3.º E o que desapareceu, está adiado sem início à vista, ou não mereceu, por parte deste executivo nenhuma atenção em 2003?

A lista seria demasiado extensa e cansativa, por isso não será exaustiva.

- Como infra-estruturas, com expressão e impacto significativo no desenvolvimento económico e na captação de investimento – O Parque de Feiras e Exposições, O Pavilhão Multi-usos, o Palácio de Congressos, o irresponsável atraso no alargamento do PITE.

- Como infra-estruturas culturais de lazer e desportivas, também elas propiciadoras do desenvolvimento económico – o Salão Central, o Complexo Desportivo, o Parque Urbano, a Biblioteca Pública.

4.º O Plano Director Municipal – Quase pronto no final do mandato anterior – foi revisto e recommençado, e dois anos volvidos, ainda se lhe não vê o fim:

- Terá sido boa opção?

- As alterações justificam-se, do ponto de vista do planeamento, para a ocupação do território?

-- Quem vai pagar as consequências destes atrasos?

-- Quais foram os impactos negativos nas freguesias rurais, que não puderam desenvolver-se, por falta dos respectivos planos de urbanização e assim responder com menor eficácia a medidas desertificantes como foi o do fim do ensino mediatizado.

5.º - A talhe de foice, e porque estávamos a falar de custos e de pagar, a Câmara lastima a falta de meios, que decorre das políticas do Governo Central, e tem razão nesse particular. Mas assim sendo porque motivo prescindiu de perto de cinco milhões de contos que poderia ir buscar às novas urbanizações? Porque prescindiu desses recursos, valorizados pela intervenção pública?

Esses recursos poderiam, e deveriam ser a forma de dar resposta a necessidades colectivas.

Este executivo optou por deixar essas urbanizações nas mãos, para operações especulativas, de meia dúzia de privados.

Poderá este executivo, face às dificuldades diagnosticadas, reencontrar formas de gerar recursos financeiros próprios? Será esta delapidação de recursos irreversível?

6.º - A reorganização dos Serviços, lançada como grande desígnio desta equipa executiva também marcou passo no ano de 2003 e até à data parece não ter dado um passo em frente.

7.º - Passemos agora aos documentos de prestação de contas:

A – Será que o inventário, peça essencial do POCAL, pode alguma vez ser aceite tal como está? Com numerosas referências imprecisas, sem indicação de localizações precisas de edifícios e outros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

bens imobiliários? Apresentação de um numeroso gotejo de rubricas de despesas, prejudicando, assim (inviabilizando...) uma transparente compreensão dos números;

Onde estão os mapas com a discriminação dos contratos celebrados em 2003?

Onde estão os mapas com os encargos vencidos e não pagos em 2003?

Onde estão os mapas com os financiamentos comunitários obtidos em 2003?

B – Será possível apresentar um balanço em que o Activo difere do Passivo? Não foi possível acertar as contas? É assim que isto vai para o tribunal de contas?

C – É apresentada uma taxa de execução do PPI de 93%, (pág. 38 do relatório da gestão) como se consegue obter tal resultado? É fácil, porque habilmente se compara o que foi cabimentado (disponibilizado para ser pago) com o que foi pago.

Mas está errado. A taxa de execução tem que partir do que foi planeado e não do que foi cabimentado. Assim sendo, e fazendo as contas correctas, a taxa de execução, desce apenas um bocadinho, e situa-se nuns espantosos 48%.

Essa constatação é fácil de fazer, basta olhar para o PPI de 2003 e a coluna do realizado do PPI de 2004 para verificar a impossibilidade de tal taxa de execução, quer comparando os valores globais, das duas colunas, quer verificando as inúmeras rubricas com zero que significam obra não feita. Mais fácil ainda é olhar para o quadro de execução do PPI de conta de gerência, coluna do montante executado, total, e aí nos surge, o valor surpreendente de 48%.

D – Todos estes subterfúgios levam a uma certa opacidade da informação e da prestação de contas:

- Realizações em que se fica sem saber se foram concluídas ou não;
- Realizações que foram feitas em anos anteriores, algumas na anterior gestão, que aparecem como realizadas no ano de 2003;
- Ausência de distinção entre o que foi pago e o que foi realizado;
- Relatório de gestão que não segue, com a necessária proximidade, as GOP;
- A conta de gerência, com uma impressão que dificulta a sua leitura.

Com base no que ficou exposto os deputados municipais da CDU irão votar contra os documentos que agora nos são presentes.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Acácio Alferes: “O Sr. Dr. Palma Rita vem para aqui repor um argumento que eu ouvi ontem ou anteontem à Sr.^a Ministra das Finanças, ao afirmar ter sido bom para as autarquias o garrote financeiro imposto pelo governo.

Quanto à intervenção do Dr. Jorge Lourido parece-me poder afirmar que tanto eu, como os vereadores do PS e mesmo os da CDU já tínhamos ouvido. Só faltou ouvir a frase “gerir é a arte de não fazer”. Sabemos que há quem defina a gestão como a arte de não fazer no sentido de saber escolher o que não deve ser feito. Nós privilegiamos outro tipo de definição que é “com os meios disponíveis fazer o melhor”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Refiro ainda que é fácil apontar o que não foi realizado como o fizeram tanto o PSD como a CDU. Gostaria era que dissessem, de entre aquilo que foi realizado, o que não deveria ser feito para terem realizadas algumas das obras que apontaram em falta, ou então como poderíamos ter reforçado os meios financeiros.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Baltazar Damas: “É verdade que é uma preocupação natural de todos os presidentes de junta tentar fazer o melhor pela sua freguesia, e pedir à câmara para dar o seu melhor. O meu colega dos Canaviais referiu e bem alguns aspectos que estavam no programa, mas eu lembrava aqui umas situações que foram efectuadas na sua freguesia e que se esqueceu de referir, como obras concluídas na estrada da Chainha e a pintura da Igreja da N.^a Sr.^a da Boa Esperança, e o pavimento de cerâmica da Igreja. Por outro lado há um tipo de apoio que todos temos como por exemplo em algumas matérias como tintas, e outros materiais. A câmara trimestralmente atribui alguns valores às freguesias e o que é preciso é saber geri-lo. Gostava ainda de referir acerca do que o Sr. deputado municipal Jorge Lourido disse sobre as obras, nomeadamente queria lembrá-lo de uma obra carismática da nossa cidade que é a Rua da Lagoa e que hoje está concluída. Em 2 anos fazer todo este desenvolvimento é obra.

E queria dizer ainda que os presidentes de junta por vezes não falam porque não têm nada para dizer, porque hoje todos falam quando têm que falar, e se calhar antigamente é que não falavam.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal João Valverde: “Um plano de actividades ou um orçamento é uma previsão, agora não podemos vir aqui exigir que tudo esteja feito. Desde o 25 de Abril que nunca ninguém conseguiu cumprir com o plano de actividades. E hoje faz-se muito mais do que se fazia para cumprir o plano de actividades.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Estevão Bicho: “Quería responder ao colega Baltazar Damas, e verifico que este relatório deveria ser mais rigoroso, e por não ver aquilo que tinha sido prometido é que me insurgi.

Na transferência de competências da câmara para as juntas de freguesia, onde está o grupo de trabalho, e o que tem sido feito?

Hoje não estamos ainda a fazer o balanço do mandato, estamos só a avaliar a conta de gerência e o plano de actividades.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal José Piteira: “Hoje estou aqui a assistir aos presidentes das juntas a defenderem a câmara e penso que a câmara não precisa disso. E quanto ao plano lamento que não tenha sido executado como tinha sido previsto.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal José Mateus: “O Concelho de Évora está dividido em freguesias, e é natural que o que a câmara faz seja nas freguesias, e não falo do que a câmara fez na minha freguesia porque se calhar não tinha



muito em que falar. Mas foi alcatroada a estrada para a Senhora dos Aflitos, e foi prolongado em cerca de 1 Km a mais, e esse alcatrão poderia ter sido para alcatroar ruas do Bacelo onde existem mais pessoas e que em termos de eleições era mais proveitoso e a câmara não tirou proveito disso.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor Presidente da CME: “Sobre a intervenção do Sr. deputado municipal Jorge Lourido, nunca se disse que não existiam obras que vinham do mandato anterior, mas o que se disse é que estas não estavam executadas e eram contratos que estavam assumidos pela CDU. Como é que os senhores queriam que eu fosse iniciar obras se até havia bancos que nos inibiram de cheques.

Em relação às obras PROCOM havia um prazo limite, e o PROCOM que vocês negociaram tinha um prazo limite até ao final de 2002, e quando nós chegámos ainda não estava nada feito, e nós tivemos que negociar até ao final de 2003. Terminámos as obras a 20 de Março de 2004, e acabámos a Rua Elias Garcia, o Largo Luís de Camões, Rua Álcarcova de Baixo, Rua Álcarcova de Cima, Rua 5 de Outubro, Praça do Sertório, parte da Rua Nova e tudo num ano, para conseguir garantir o financiamento, porque senão já não era pago.

Se fizéssemos o Parque de Feiras onde os senhores proponham diga-me onde é que se fazia o Parque Industrial?

O PDM não está pronto, mas os senhores também tiveram 20 anos para o concretizar e não o fizeram. Mas com o esforço de todos estou convencido de que ainda virá em tempo para ser discutido.

O Senhor deputado municipal Jorge Lourido acusa esta gestão de ter metido nos bolsos de especuladores 25 milhões de euros, e acha que nós fizemos isso como? Queria que nós fizéssemos o papel de especuladores, queria que fizéssemos como fizeram a gestão CDU em que expropriavam os donos dos terrenos para fazer uma via em que toda a parte do terreno que já não precisavam vendiam, fazendo aí o papel de especuladores? Isto não cria nenhum rebate de consciência a quem gere dinheiros públicos assim desta maneira?

O Senhor deputado municipal acha mal que o valor da taxa de execução de 93% esteja cabimentado, mas hoje consegue-se saber que daquilo que estava cabimentado se concretizaram 93%, e antigamente a despesa era feita sem ter em conta daquilo que podiam ou iam receber. Havia 4 milhões e 280 mil contas de facturas que não estavam contabilizadas, e foi essa a realidade com que nós nos confrontámos, e ninguém sabia o volume de facturação que estava por aí espalhado.

Pensava que o Senhor deputado municipal Estevão Bicho sabia que o grupo de trabalho está à espera que a ANAFRE e ANM cheguem a conclusões, porque havia uma grande discrepância nos valores das câmaras que transmitiam para as freguesias. As transferências para a sua junta não está a recebê-las? Tanto quanto julgo saber está a receber.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Estevão Bicho: “A Junta de Freguesia dos Canaviais só recebe do governo por ano 6 300 contos, a transferência que recebe da câmara se não chegarem dentro dos prazos temos dificuldade em fazer face às contas correntes.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao Senhor deputado municipal Jorge Lourido: “Queria realçar que foram postas na minha boca coisas das quais não saíram e queria dizer que sei que os funcionários da câmara trabalharam arduamente, mas o que eu disse é que na conta de gerência existe uma coisa estranha que é uma diferença entre o passivo e o activo, embora mínima. Em relação às contas o que eu foquei foi em relação à taxa de execução e que esta taxa é feita com base no cabimento e não no previsto e orçamentado.”

Votação do Relatório de Gestão: Aprovado por maioria com 20 votos a favor do PS, e 12 votos contra da CDU e PSD.

Votação da Conta de Gerência: 20 votos a favor do PS, 11 votos contra da CDU e 1 abstenção do PSD.

O Senhor Presidente da AME colocou à votação a minuta da Acta que foi aprovada por unanimidade.

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada, na sessão de 18/12/04, por maioria com 20 votos a favor e 3 abstenções)